

# Folha Bancária

Sindicato dos Bancários e Financeiros  
de São Paulo, Osasco e Região CUT

São Paulo  
julho de 2025  
número 6.296

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DENUNCIA FRAUDES NO SANTANDER

Entre 2009 e 2024, o Santander Brasil fechou 280 agências e apenas entre 2023 e 2024 encerrou mais 374 pontos de atendimento. Mesmo assim, o banco divulga aumento do número de empregados (de 47.819 em 2009 para 55.646 em 2024), mas não conta que houve grande redução no número de bancários. Isso porque o grupo espanhol pratica no Brasil a terceirização fraudulenta: cria empresas coligadas e depois transfere os bancários para elas, com contratos trabalhistas que os retiram da categoria bancária e os deixam sem os direitos da CCT. Apenas 54% do total

de trabalhadores do grupo têm vínculo direto com o banco. E as consequências são: redução de salários e benefícios, e perda de representatividade sindical.

Os dados foram apresentados pelo deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT) em audiência pública sobre a prática fraudulenta do Santander, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), em 16 de junho. A audiência lotou o auditório Teotônio Vilela, com a presença de sindicalistas de São Paulo e do interior do estado.

“Com essa prática nociva, o banco espanhol desrespeita o Brasil, prejudicando clientes, com a exclusão bancária dos mais vulneráveis, pois as agências fechadas estão situadas principalmente nos bairros periféricos de São Paulo e nos municípios do interior. E prejudica também os trabalhadores, retirando direitos e enfraquecendo os sindicatos”, destacou Marcolino, o proponente da audiência.



Audiência lotou a Alesp com dirigentes de São Paulo e de vários sindicatos do interior do Estado



Mesa da audiência (da esq. p/ dir.): Rosângela Vieira (Dieese); Maria Rosani (Afubesp); Rita Berlofa (Contraf-CUT); Neiva Ribeiro (Seeb/SP); deputado Marcolino; Aline Molina (Fetec-SP); Raimundo Suzart (CUT-SP); e Wanessa Queiroz (COE Santander)

A presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro, ressaltou que a audiência fazia parte de uma série de mobilizações. “Estamos aqui para denunciar à sociedade o abuso do Santander, e faremos também diversas ações de comunicação e mobilização. Essa audiência é a primeira de uma série de outras em vários municípios paulistas e cidades do Brasil”, disse.

Leia mais no [spbancarios.com.br](http://spbancarios.com.br).

## CHEGA DE DEMISSÕES E TERCEIRIZAÇÕES, SANTANDER! BANCÁRIOS LATINO-AMERICANOS PROTESTAM EM DEFESA DO EMPREGO

Bancários do Santander de todo o Brasil se juntaram a trabalhadores do banco espanhol na Argentina, Chile, Uruguai e Peru para realizar, em 26 de junho, a Jornada Internacional de Luta Banco Santander, que denunciou as práticas abusivas do banco no continente. A Jornada foi convocada pela rede sindical da UNI Américas Finanças. Em São Paulo, o protesto foi na Torre (veja fotos ao lado). Durante o ato foi lançada a campanha nacional: “Santander, o exterminador do futuro”.

“Cobramos respeito do banco espanhol no Brasil e na América Latina, de onde o grupo retira grande parte do seu lucro global. As mobilizações se intensificarão, não somos mais colônia e o Santander precisa se dar conta disso”, destacou Wanessa de Queiroz, coordenadora da COE Santander.



# “Rei do ovo” escancara preconceito de grande parte da elite brasileira



Imagem: IA/ChatGPT

A afirmação do empresário Ricardo Faria, conhecido como “rei do ovo”, revelou o que pensa grande parte da elite brasileira. Em entrevista à imprensa, Faria disse que “as pessoas estão viciadas no Bolsa Família” e que, por isso, estaria “um desastre” contratar no Brasil.

Em coluna, o jornalista Bernardo Mello Franco apresenta dados que contradizem a afirmação do dono da Global Eggs: nos últimos anos, o programa Bolsa Família cresceu e, diferentemente do que afirma o rei do ovo, o emprego formal também cresceu. “O Brasil fechou o ano com 6,2% de desemprego, o menor resultado da série histórica. (...) Um outro levantamento

que saiu essa semana informou que quase 99% das vagas criadas em 2024 foram ocupadas por pessoas que estão no Cadastro Único [registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil]. Ou seja, a imensa maioria dos benefícios do programa social é de gente que quer trabalhar”, conclui o jornalista.

“A afirmação desse empresário ilustra muito bem o pensamento mesquinho de uma certa elite brasileira, que se agarra com todas as forças a seus privilégios e, em consequência, combate com unhas e dentes as políticas de inclusão social do governo. O “atraso” do Brasil a

que se refere o rei do ovo está justamente nessa forma egoísta e desumana de enxergar a sociedade. O Bolsa Família foi responsável por reduzir a fome no país e já recebeu prêmios internacionais, tendo sido elogiado inclusive pelo Banco Mundial. O que impede nosso país de avançar não são os programas de transferência de renda, pelo contrário, são as forças que impedem a inclusão dos pobres na agenda política e econômica do país”, rebate a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

## DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS

A afirmação de Ricardo Faria causa ainda mais espanto quando se sabe que o empresário “construiu um império sob financiamento público de R\$ 132 milhões”, como diz o título da coluna de Tácio Lorrán, no portal Metrôpoles.

Faria conseguiu pelo menos 71 empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2007 e 2024, segundo levantamento feito no site do BNDES. Os financiamentos tomados por Faria junto ao Estado, totalizam R\$ 132 milhões em valores de hoje.

Além disso, Ricardo Faria respondeu por 17 processos trabalhistas no Piauí, entre 2022 e 2023. Foi alvo de um inquérito no MPT do Piauí, e também foi réu em processos trabalhistas no Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Maranhão. As denúncias contra ele são de irregularidades nos contratos, ausência de pagamentos de salários e benefícios e até assédio moral. As apurações são do jornal *O Globo*.

## CCT dos bancários protege a categoria da precarização

Empresários como Ricardo Faria apoiaram e comemoraram a reforma trabalhista de 2017, que acabou com uma série de direitos antes previstos na legislação e escancarou o caminho para a terceirização fraudulenta e a precarização dos empregos.

No contexto de perda de direitos, a CCT dos bancários representa segurança para a categoria, lembra Neiva Ribeiro. “Desde 2017, quando o Congresso aprovou a reforma trabalhista, nossa CCT manteve todos os direitos dos bancários”, destaca a presidenta do Sindicato.

“É importante que os bancários tenham em mente que, guardadas as devidas proporções, alguns banqueiros pensam da mesma forma que o rei do ovo e acham um absurdo que tenhamos os direitos que conquistamos com nossa luta. Por isso eles apoiaram a reforma e se empenham em aprofundar seus efeitos sobre nossa organização sindical e nossa convenção coletiva. Mas não têm sucesso porque nossa

unidade e organização resistiram aos ataques e se mantêm firmes”, acrescenta.

“Também é importante que os bancários fiquem atentos e observem como o Congresso está votando em pautas fundamentais para nós. Observar isso é necessário para que façamos melhores escolhas nas eleições de 2026. A maioria do Congresso hoje é formada por representantes dos grandes empresários, bancos e bilionários, que estão ocupados em atacar os direitos dos trabalhadores”, conclui a dirigente.



## Justiça tributária

# Quem deve pagar mais? Os super-ricos ou os trabalhadores?

Há uma disputa muito importante em jogo no Brasil: de um lado o Governo Federal, apresentando projetos que buscam uma maior justiça tributária, onde os ricos paguem proporcionalmente mais do que pagam os pobres (estudo do Sindifisco mostra que contribuintes com ganhos totais acima de 160 salários mínimos pagaram em média 5,5% de alíquota efetiva no IR 2022, enquanto os na faixa entre 15 e 20 salários pagaram 11,25%); de outro está a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional, que têm derrubado as propostas do governo, mantendo assim o peso dos impostos nas costas dos trabalhadores.

É importante destacar que a bancada empresarial, que vota contra os trabalhadores, tem a maioria do Congresso. Segundo o Diap, ela conta com 210 parlamentares (178 deputados e 32 senadores). É a maior bancada informal. Se juntar com a ruralista (57 deputados, e 24 senadores), que geralmente vota com a empresarial, fica "imbatível do ponto de vista numérico."

"Se não mudarmos a configuração do Congres-

so e quem continuar dando as cartas for o grupo dos BBB (bancos, bilionários e bets), os trabalhadores vão perder cada vez mais direitos", alerta a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

O PL 1087/25, que prevê isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, é uma das propostas do governo que enfrenta oposição no Legislativo. O PL foi enviado em março ao Congresso e continua em tramitação na Câmara. Para compensar a isenção, a proposta, que surgiu de uma reivindicação do movimento sindical, prevê ainda imposto mínimo de até 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês.

Os parlamentares de oposição alegam que a alteração tributária deve vir acompanhada de cortes nos gastos públicos. Ao mesmo tempo, apoiam projetos que aumentam os gastos: o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), é autor de um PL que autoriza parlamentares a acumularem a aposentadoria de ex-deputados federais com o salário de qualquer mandato eletivo; e no dia 25 de junho, o Senado aprovou projeto que aumenta de 513



Imagem: IA/ChatGPT

para 531 o número de parlamentares da Câmara.

"Para eles, cortar gastos públicos significa acabar com a política de valorização do salário mínimo, com os reajustes reais das aposentadorias e dos auxílios de prestação continuada e reduzir programas sociais como o Bolsa Família. Os parlamentares não querem aumentar impostos para os super-ricos, só querem empobrecer ainda mais os pobres", reforça Neiva.

## Congresso derruba mudanças no IOF e joga ajuste fiscal na conta dos mais pobres

No dia 25, o Congresso derrubou o decreto presidencial que alterava as regras de cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). O que aparenta ser uma ação contra a alta de impostos, na realidade esconde uma armadilha que pode afetar a população mais pobre em detrimento dos ricos.

A alta do IOF, de 3,38% para 3,5%, afetava operações de crédito, compra de moeda estrangeira e outras ações típicas da camada mais privilegiada da população. Dessa forma, o decreto estava inserido em um conjunto de medidas do Governo que buscavam compartilhar a conta do equilíbrio fiscal com o "andar de cima".

"A votação marca um precedente perigoso para a política tributária brasileira: ao derrubar um imposto sem apresentar compensações, o Congresso abre caminho para uma política fiscal regressiva, que pode penalizar a maioria da população com menos serviços públicos, menos políticas sociais e mais



cortes. A ampliação da alíquota do IOF, que incide sobre operações financeiras e de crédito, foi revogada sem discussão séria sobre alternativas de justiça tributária, como a taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos — pautas historicamente defendidas pelo movimento sindical", afirma Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Had-

dad, a alta do IOF representava uma forma de assegurar políticas sociais e corrigir desequilíbrios tributários. "O decreto do IOF corrige uma injustiça: combate a evasão de impostos dos mais ricos para equilibrar as contas públicas e garantir os direitos sociais dos trabalhadores", pontuou.

Nesse possível cenário de cortes no orçamento, os principais alvos do Congresso e do mercado financeiro seriam os programas sociais, como o Bolsa Família e o Pé-de-Meia, além de benefícios previdenciários. "O imposto pode ser melhorado, mas a sua retirada, neste momento, beneficia o topo da pirâmide e pode forçar cortes em áreas sociais, penalizando a maioria da população", diz Neiva.

"A luta do movimento sindical é por justiça tributária, com a taxação dos super-ricos, das grandes fortunas e dos lucros e dividendos — e não pelo desmonte de fontes de arrecadação que financiam saúde, educação e serviços públicos", conclui Neiva.

# Sindicato na luta contra fechamento de agências e demissões

O Sindicato continua nas ruas, nas agências e departamentos bancários, e realizando atividades diversas, como audiências públicas para denunciar à sociedade os abusos dos bancos.

No mês de junho, a entidade promoveu 50 atividades de rua, protestando contra demissões, fechamento de agências bancárias, precarização e terceirização fraudulenta. Além disso, participou de duas audiências públicas na Alesp: uma para debater as fraudes trabalhistas no Santander (*veja texto da capa*) e outra para discutir a luta dos aposentados do Itaú pelo direito a um plano de saúde acessível (*leia no box ao lado*).

Durante todo o mês, houve protestos contra a terceirização fraudulenta do Santander, entre elas a Jornada Internacional de Luta (*capa*); além de atos pela defesa do home office no BB; protestos contra o fechamento de agências no Itaú; contra demissões e fechamento de agências no Bradesco e em defesa do Saúde Caixa.

A pauta de defesa da igualdade de oportunidades para todos e pelo fim do preconceito também se fez presente: o Sindicato participou da 1ª Marcha da Classe Trabalhadora LGBTQIA+, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tomou as ruas do centro velho de São Paulo, no dia 20.



## Por direito à saúde, aposentados do Itaú lotam Alesp

Dirigentes e aposentados do Itaú lotaram audiência pública na Alesp sobre plano de saúde, em 23 de junho. Eles lutam pelo direito a um plano de saúde justo e acessível, desde que o banco extinguiu a contribuição patronal. Sem o subsídio, os ex-funcionários foram obrigados a migrar para planos individuais com mensalidades proibitivas.

A iniciativa foi do deputado estadual Luiz Claudio Marcolino, em conjunto com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, a Contraf-CUT e outras entidades representativas. Leia mais no [spbancarios.com.br](http://spbancarios.com.br).



1ª Marcha da Classe Trabalhadora LGBTQIA+, em 20 de junho



Protesto contra fechamento de agências pelo Bradesco, na Vila Medeiros (11 de junho)



Ato em defesa da manutenção do home office pelo BB em agência da zona sul (26 de junho)



Sindicato em defesa do Saúde Caixa em agência da Av. dos Autonomistas (17 de junho)



Ato contra fechamento de agências pelo Itaú no Centro de São Paulo (5 de junho)



Entidades das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo realizarão o Plebiscito Popular 2025. O objetivo é ouvir a população sobre três temas fundamentais para um Brasil mais justo: redução de jornada de trabalho sem redução de salário; fim da escala 6x1; e isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês,

com aumento da taxa para quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais, como forma de justiça tributária.

A votação será de 14 a 21 de setembro, com urnas físicas em vários locais. Também será possível votar pelo [plebiscitopopular.org.br](http://plebiscitopopular.org.br).